



O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubatuba

Impresso Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubatuba



UBÁ - MINAS GERAIS ■ WWW.CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ TEL: 32-3539-5000 ■ IMPRENSA@CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ ANO III - Nº 38 - 30 de agosto / 2009

Empreiteira na mira dos Vereadores



Vereadores querem saber o motivo pelo qual a empreiteira não está pagando os salários dos funcionários em dia

A Empresa Adservis Multiperfil Ltda vem sendo questionada sobre sua conduta com funcionários terceirizados no Poder Público municipal. Vários funcionários estão reclamando da falta de pagamento por parte da empresa.

Alvo de várias proposições dos vereadores, a Adservis permanece em silêncio quanto ao ocorrido.

Em correspondência encaminhada à Câmara Municipal, o Juiz do Trabalho Substituto, da 3ª região do Tribunal Regional do Trabalho, Celso Alves Magalhães, afirmou que já chegou ao conhecimento deste juízo o descumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa.

Destques

□ Vereador explica mal entendido com entidade

Pág 04

□ Juventude é tema de projeto

Pág 05

□ Vereador denuncia desobediência do código de posturas

Pág 06

□ Câmara comemora 70 anos da Assembleia de Deus

Pág 08

Miragaia vai receber reunião do Programa Câmara Itinerante

Os objetivos do programa Câmara Itinerante consistem em aproximar o contato do vereador com a população de cada região da cidade; integrar a população às ações do Poder Legislativo Municipal, abrindo a perspectiva de trabalharem juntos a partir da discussão comum dos problemas que envolvem o município; propiciar ao vereador conhecer de perto todas as regiões da cidade, que transformem este contato em realizações mútuas; prever aspirações populares, visando intervir junto a cada comunidade e encaminhar suas propostas ao setor competente da prefeitura.

Atendendo a estas intenções, o distrito de Miragaia será a terceira localidade a receber a visita do Programa. Em conversa

com a diretora da Escola Estadual Coronel João Ferreira de Andrade, Wânia Braga Campos Almeida, o

Presidente da Câmara, Vereador Cláudio Ponciano (PT), confirmou a realização do evento.

Programa Câmara Itinerante



Câmara Municipal de Ubatuba
Poder Legislativo



Palavra do Presidente

EMPREITEIRAS OU CONCURSO?

*Claudio Ponciano

Os trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviço aos poderes públicos por meio das empreiteiras, na chamada terceirização, são extremamente explorados e prejudicados com baixos salários, insegurança, humilhações e prejuízos financeiros diversos.

Esta exploração é da natureza da terceirização da mão-de-obra, uma vez que, para obter lucro, as empreiteiras burlam a legislação trabalhista e precarizam as relações de trabalho. Na maioria das vezes o contratante fica do lado das empreiteiras com prejuízo aos trabalhadores. Os chefes imediatos cobram serviço, mas não são capazes de ajudar as trabalhadoras e os trabalhadores na reivindicação dos seus direitos. Num caso recente envolvendo a empreiteira Ideal Serviços, a prefeitura tentou favorecer a empreiteira obrigando os trabalhadores a pedir demissão sem receber as verbas rescisórias sob a ameaça de não serem contratados na administração seguinte.

Neste momento estamos vivendo uma nova crise com prejuízos aos terceirizados, pois a empreiteira ADSERVIS, contratada em 2008, resolveu radicalizar no descumprimento da legislação trabalhista, com atrasos na data do pagamento do salário e das férias, e n t r e o u t r o s . Nesta atual crise, os poderes públicos municipais estão mais atentos ao que acontece com os trabalhadores terceirizados para que os seus míseros direitos sejam respeitados. Estão fiscalizando os depósitos do fundo de garantia e do INSS e aplicando as penalidades contratuais na empreiteira; todavia, o descumprimento da legislação trabalhista continua sendo um desafio, uma vez que punir a empreiteira tem significado indiretamente punir os trabalhadores.

Os trabalhadores têm se sentido livres para buscar seus direitos na Justiça do Trabalho e agora ganham um novo aliado, uma vez que o sindicato de Cataguases se

aproxima para fazer cumprir a convenção coletiva da categoria. Como resolver este problema definitivamente? Na teoria, a resposta é simples: façamos concurso público. Segundo informações, é legal, é mais barato para a prefeitura e melhor para os trabalhadores, uma vez que elimina os atravessadores.

Atualmente, existem monitoras contratadas como auxiliar de serviço e recebendo salário de auxiliar; todas as cozinheiras das escolas municipais estão na mesma situação. Como monitoras e cozinheiras elas certamente receberiam melhores salários e teriam mais direitos se fossem servidoras públicas. Não é admissível que uma cozinheira do CAIC não receba insalubridade quando, literalmente, elas lidam com o fogão industrial e com a câmara fria. Provavelmente não recebem por estarem contratadas como auxiliares de serviço, ou seja, em desvio de função.

Para estas trabalhadoras das empreiteiras, algumas com mais de 15 anos nesta condição de exploração, o grande problema do concurso público é a baixa e s c o l a r i d a d e . Será que as mais jovens, que tem mais chance de passar porque estão na escola, quando efetivadas, irão assumir "as panelas do Caic" com a mesma disposição das que lá estão? Onde estas pessoas já com mais de 40, vão arrumar outro trabalho? Vamos deixar como está, ou vamos verdadeiramente preparar a cidade para o futuro, começando pela valorização das pessoas?

Nos casos em que necessariamente se tenha que optar por um trabalhador terceirizado, precisamos buscar modelos alternativos de contratação ou contar com a sorte no processo licitatório para não cair na mão dos picaretas. Não tenho ainda a resposta. Tenho alguns critérios: o primeiro, é não fugir da discussão e buscar uma solução legal, justa e duradoura. O segundo é que "entre dois males, temos que saber escolher o mal menor".

Vereador quer debater IML

O Instituto Médico Legal, mais conhecido pela sua sigla IML, é um instituto brasileiro responsável pelas autópsias e laudos cadavéricos para Polícias Científicas de um determinado Estado na área de Medicina Legal. É um órgão público subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública através da Superintendência de Polícia Técnica Científica.. É conhecido também em outros Estados como Departamento Médico Legal, ou DML.

As atribuições são as mesmas. E mais: não são instituições responsáveis apenas pelas autópsias, como muitos pensam. Nos IML's ou DML's são realizados, além das autópsias, vários outros exames de corpo de delito e demais perícias como: exame de lesões corporais, exame de constatação de embriaguez ou intoxicação por substância de qualquer natureza, exame de constatação de violência sexual, exame de sanidade mental, exame de



Vereador Paulo César Raymundo (DEM), autor da proposição

constatação de idade, exame de constatação de doença sexualmente transmissível, e todas as demais perícias que interessem à Justiça e que demandem a opinião de especialistas em Medicina Legal.

O Vereador Paulo César Raymundo (DEM) apresentou, na reunião ordinária do dia 24/08, um requerimento solicitando a presença de várias

autoridades para discutir problemas de liberação de corpos nos necrotérios e no IML do município.

"Não podemos mais conviver com o sofrimento das famílias quando perdem um ente querido por acidente ou por homicídio e vêm seu corpo sobre uma pedra por mais de oito horas, enquanto aguardam angustiados a liberação determinada pelos peritos", afirmou o vereador.

Câmara institui internet popular

Com a criação da internet popular na Câmara, além de dar ao cidadão a oportunidade de uso da tecnologia, promovendo a inclusão digital, o Legislativo cria um espaço para que todos possam buscar informações e fazer pesquisas, buscando aproximar o poder legislativo da população e democratizar o acesso a internet.

A Câmara disponibilizará computadores com acesso gratuito a internet e cada usuário terá direito de utilizar os computadores por 30 minutos, durante o horário de funcionamento da Câmara Municipal.

O acesso gratuito a WEB, via



Mesa Diretora já regulamentou o projeto

Internet Popular, se propõe a ser uma ferramenta digital que facilite a realização de tarefas escolares de alunos da rede pública, bem como de

auxílio a associações de moradores, movimentos sociais e de todos que necessitam de informações atualizadas em tempo hábil.

Câmara Municipal de Ubá

Mesa diretora - Biênio
2009/2010

Presidente:

Claudio Ponciano (PT)

claudio.ponciano@camarauba.mg.gov.br

Vice - Presidente:

Carlos da Silva Rufato (PSDB)

carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br

2º Vice - Presidente:

Jorge Custódio Gervásio (PV)

jorge.gervasio@camarauba.mg.gov.br

1ª Secretária:

Rosângela Alfenas (PSDB)

rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br

2º Secretário:

Paulo César Raymundo (DEM)

paulo.pc@camarauba.mg.gov.br

Diretora Geral:

Maria Letícia Mendonça

Maciel

leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação:

Martim A. C. Barbosa

(JP 10.040/MG)

martim.barbosa@camarauba.mg.gov.br

Técnico de Nível Superior -

Jornalista:

Rodrigo O. de Farias

(JP 12.895/MG)

rodrigo.jornalismo@camarauba.mg.gov.br

Assessoria Jurídica:

Cristiana Janaína B. J. dos Santos

(OAB/MG 110.021)

cristiana.juridico@camarauba.mg.gov.br

E-mail:

contatos@camarauba.mg.gov.br

site:

www.camarauba.mg.gov.br

Endereço:

Rua Santa Cruz, 301

CEP 36500 000

Ubá - Minas Gerais

Telefone:

32-3539-5000 (PABX)

O Legislativo

Jornalista Responsável:

Martim A. C. Barbosa

(JP 10.040/MG)

imprensa@camarauba.mg.gov.br

Impressão:

Maffer Gráfica e Editora Ltda

CNPJ: 04.415.126-0001/88

Tiragem:

1000 exemplares.

Quinzenal

Vereadores cobram esclarecimentos de empreiteira

A Empresa Adservis Multiperfil Ltda vem sendo questionada sobre sua conduta com funcionários terceirizados no Poder Público municipal. Muitos funcionários estão reclamando da falta de pagamento por parte da empresa. Alvo de várias proposições dos vereadores, a Adservis permanece em silêncio quanto ao ocorrido.

Em correspondência encaminhada à Câmara Municipal, o Juiz do Trabalho Substituto, da 3ª região do Tribunal Regional do Trabalho, Celso Alves Magalhães, afirmou que já chegou ao conhecimento deste juízo o descumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa.

De acordo com a correspondência, “os empregados da empresa postularam o pagamento dos salários em atraso e, incidentalmente, pediram o arresto dos créditos da empresa junto ao município de Ubá, o que foi deferido. Ou seja, como medida cautelar, foi determinado ao município que proceda o depósito dos valores reclamados em conta judicial até a decisão final”.

O Juiz reitera, por fim, “que os próprios trabalhadores podem

ajuizar, pessoalmente, sem auxílio de advogado, e sem quaisquer ônus, reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Ubá, com o fim de ver assegurados os seus direitos”.

Problemas também com o Senado Federal

O senador Expedito Júnior (PR-RO) indagou do Plenário da Câmara dos Deputados por que a empresa Adservis, responsável pelo emprego de dezenas de copeiros e contínuos que trabalham como servidores terceirizados do Senado, ainda não havia pago os salários dos funcionários até o dia 12/08. De acordo com o senador, os trabalhadores também não receberam vale-transporte e o auxílio alimentação.

Expedito Júnior afirmou que os empregados da Adservis não têm informação sobre a data na qual o pagamento será feito. Afirmou que o Senado cumpriu sua parte, efetuando o pagamento à empresa. Ele pediu ao 1º secretário do Senado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que a Casa tome as medidas administrativas cabíveis para que o pagamento seja realizado, uma vez que os funcionários estão passando por dificuldades.



Apenas uma emenda, de autoria do Vereador Claudio Ponciano, foi apresentada e, posteriormente, aprovada

Prontamente, Heráclito Fortes respondeu que a empresa encontra-se com algum problema na Diretoria Geral do Senado, decorrente da falta de entrega de algumas certidões exigidas em contrato. Por causa disso, os pagamentos à empresa foram suspensos, o que foi feito, segundo Heráclito, “até para preservar os salários dos servidores”.

O 1º secretário informou que a

Diretoria Geral “está encontrando uma solução para que os funcionários terceirizados não paguem pelos problemas que acontecem com a empresa”. Lembrou que a Adservis não presta serviços apenas ao Senado, mas também à Câmara dos Deputados e a vários outros órgãos da administração pública em Brasília.

O representante do DEM

ainda afirmou que o problema foi originado pelo “cuidado absolutamente rígido” que a atual administração do Senado está tendo com todos os contratos, quer em sua transparência, quer em sua execução. As medidas, segundo ele, estão sendo tomadas para preservar os empregos dos servidores terceirizados, “que não podem pagar por problemas ocorridos na empresa”.

Câmara celebra 70 anos da Assembléia de Deus em Ubá

A Câmara Municipal de Ubá realizou uma sessão solene, no dia 22 de agosto, para comemorar os 70 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em nossa cidade. A cerimônia, realizada no Ubá Tênis Clube, teve um grande público presente e contou com a participação da Orquestra Evangélica Sons Divinos, além de todos os vereadores que compõem a Câmara Municipal.

Após a composição da mesa diretora e execução do Hino Nacional Brasileiro, do Hino de Ubá e da música Aquarela do Brasil, o Pastor Raimundo Teodoro da Silva recebeu, das mãos do prefeito Vadinho Baião, uma placa comemorativa do septuagésimo aniversário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus da Praça Getúlio Vargas.

Em discurso, o vereador Cláudio Ponciano destacou que em um sábado, no início deste ano, foi “surpreendido com uma grande e bonita caminhada com cânticos, banda de música, orações e alegria. No dia seguinte, o meu amigo e companheiro de trabalho — em entidades sociais e na Câmara Municipal de Ubá —, Pastor Darci Pires da Silva, me informou que aquela caminhada estava celebrando os 70 anos de história da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Ubá”.

A partir desta conversa com o Pastor Darcy Pires da Silva, Ponciano concluiu que seria importante a realização de uma sessão solene do Poder Legislativo Municipal para “homenagear a história de trabalho, luta e amor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus para com povo da nossa

cidade de Ubá”.

O vereador ressaltou ainda que “há pelo menos 35 anos, eu conheço e convivo com membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus e posso testemunhar o trabalho sério, discreto, responsável e respeitoso que é feito nas diversas comunidades de Ubá”.

“Transformar o mundo é desejo de muitas pessoas. E é também a proposta das religiões. Que a Igreja Assembleia de Deus da Praça Getúlio Vargas, septuagenária, homenageada nesta noite pelo povo de Ubá, por meio de seus representantes, bem como as demais igrejas Assembleia de Deus de Ubá e as igrejas coirmãs continuem sendo comunidades de fé, de serviço e adoração. Continuem cumprindo a obrigação de proclamar o Evangelho de



Público prestigiou a sessão

Cristo e promover espiritual, moral e socialmente o povo de Deus no Brasil e em Ubá” – finalizou o presidente do Legislativo.

A Assembleia de Deus celebra cem anos de existência no Brasil em 2011. A Igreja possui mais de oito milhões de

membros no País e está presente também em Portugal, nos Estados Unidos e na Inglaterra, entre outros países. É a maior congregação pentecostal do Brasil e uma das maiores do mundo.

Miragaia vai receber reunião do Programa Câmara Itinerante



A sessão acontecerá no salão comunitário do distrito de Miragaia

Os objetivos do programa Câmara Itinerante consistem em estreitar o contato do vereador com a população de cada região da cidade, transformando esse contato em realizações sociais; integrar a população às ações do Poder Legislativo Municipal, abrindo a perspectiva de trabalharem juntos a partir da discussão comum dos problemas que envolvem o município;

propiciar ao vereador conhecer de perto todas as regiões da cidade; prever aspirações populares, visando intervir em cada comunidade e encaminhar suas propostas ao setor competente da prefeitura.

Atendendo a estas intenções, o distrito de Miragaia será a terceira localidade a receber a visita do Programa. Em conversa com a diretora da Escola Estadual Coronel João

Ferreira de Andrade, Wânia Braga Campos Almeida, o Presidente da Câmara, Vereador Cláudio Ponciano (PT), confirmou a realização do evento.

A primeira reunião do programa da Câmara Municipal aconteceu na Colônia Pe. Damião (18/06) onde houve uma palestra com o consultor em Administração de Recursos Humanos, Adilson Aparecido

de Souza, ex-morador de uma colônia, que falou sobre sua experiência pessoal e as lutas dos hansenianos contra o preconceito e pela garantia de seus direitos.

Já no distrito de Ubari, onde foi realizada a segunda reunião da Câmara Itinerante (14/07), Francisco Pena, extensionista em Agropecuária, falou sobre a importância do associativismo no enfrentamento das questões sociais e econômicas da comunidade, expondo a experiência prática de Senador Firmino.

Em Miragaia, o tema será “Área de Preservação Ambiental: como regularizar uma APA; seus benefícios e dificuldades”. A reunião está marcada para o dia 15/09, a partir das 19h, no salão comunitário do distrito.

A reunião que vai acontecer no distrito de Diamante está marcada para o dia 20 de outubro.

O distrito

de Miragaia se originou a partir do trabalho importante do imigrante português João Ferreira de Andrade. Ele veio para o Brasil com 12 anos de idade, onde se radicou, casou e constituiu família.

Residente na fazenda Boa Vista, Andrade construiu na propriedade uma pequena capela onde eram realizadas as cerimônias religiosas da

comunidade.

Devoto de São Sebastião, João Ferreira de Andrade arrecadou dinheiro com a promoção de festas religiosas e comprou três alqueires de terra na serra de São Sebastião. No local, construiu uma igreja e com ela deu-se início ao povoamento da localidade, rebatizada de Miragaia em homenagem à terra natal do português.

Atualmente, o distrito possui cerca de 200 propriedades residenciais e dispõe de boa infraestrutura, com igreja, cemitério, mini posto de saúde, escola de nível fundamental, telefonia pública, energia elétrica rede de esgoto e água encanada.

Miragaia conta, também, com estabelecimentos comerciais, um cartório civil, uma fábrica de ração e um abatedouro de frangos, além de um centro comunitário rural. A população vive, basicamente, da agricultura e da pecuária, além de ser atendida por uma linha de ônibus que circula em três horários.

Reconhecida pelas autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais como comunidade de grande importância ecológica, Miragaia possui uma Área de Preservação Ambiental (APA), instituída pela Lei municipal 3.172/2002. Entretanto, sua regularização ainda não ocorreu.

Vereador explica mal entendido com entidade

Durante a reunião ordinária do dia 10 de agosto, na qual estava presente a Secretária Municipal de Ação Social, Eulália Cristina Guilhermino Valente, o vereador Jorge Custódio Gervásio (PV), Jorge da Kombi, manifestou-se sobre vários assuntos.

Entretanto, o parlamentar disse ter sido mal interpretado em algumas de suas colocações. Uma polêmica teria sido criada por um órgão de imprensa da cidade, ao afirmar que o vereador teria criticado o Desafio Jovem de Ubá – DEJUB.

Na oportunidade, o vereador manifestou sua opinião afirmando não ser adequado “encaminhar um dependente químico para se tratar, sem antes passar por uma desintoxicação com medicamentos”.

A entidade, em carta encaminhada à Câmara Municipal e lida em plenário durante a reunião ordinária do dia 25/08, afirma que. “algumas pessoas que participaram do programa do DEJUB não quiseram aproveitar a oportunidade para mudar de vida”, mas isto não significa que a recuperação só possa ser feita por meio de medicamentos “e nós, que tivemos problemas com substâncias psicoativas, tais como maconha, cocaína, crack e álcool, somos prova viva do sucesso desta casa.”

Em nota, o vereador esclarece que não criticou o DEJUB, apenas manifestou sua opinião sobre a melhor forma de tratar dependentes químicos. “Expuseram para a sociedade, sem justificativas, minhas opiniões. E fora de contexto.

Somente expus minha opinião e não critiquei a entidade”, afirmou Jorge da Kombi.

Vários vereadores se manifestaram em apoio ao parlamentar. “Tenho certeza de que o Jorge foi mal interpretado. Ele não criticou a entidade. Talvez tenha se manifestado de maneira errada, no calor da discussão”, afirmou o vereador Paulo César Raymundo (DEM). “Existem várias formas de tratamento e não há como definir qual a melhor. Certo é que para algumas pessoas o tratamento à base de remédios funciona e para outras não. Talvez ele tenha presenciado mais casos bem sucedidos desta maneira, o que não quer dizer que ele tenha criticado a entidade”, afirmou o vereador e médico Dr. Valadão (PTB).



Vereador Jorge da Kombi disse ter sido mal interpretado

Juventude é tema de projeto

Segundo o dicionário Houaiss, são sinônimos de juventude, “frescor, pujança, viço”. É a fase da existência humana mais plena de possibilidades, no sentido de que tudo é aprendizagem e desenvolvimento. Especialmente, é o período em que todo o nosso sistema, físico, emocional e mental, está receptivo àquilo que de construtivo e heróico podemos realizar. É a fase que não devemos nos economizar, não devemos permitir que a preguiça e a morosidade invadam o nosso ser.

Os jovens tendem a se reunir em grupos, nem que seja para comentar o que aconteceu no final de semana e como vão se organizar para o final de

semana seguinte. Eles participam onde de fato decidem, pois os jovens são sujeitos de ação social. Precisam fazer parte de uma organização real.

Com o intuito de ampliar a participação do jovem na sociedade, o vereador Vinícius Samôr (PT), apresentou um projeto de Lei que “institui a Semana Municipal da Juventude, e dá outras providências”. De acordo com o texto do PL, a semana será comemorada todos os anos, na primeira semana do mês de abril.

Ainda segundo o texto do projeto, fica o Poder Público Municipal responsável por desenvolver, anualmente, campanhas educativas, seminários, gincanas,

palestras, exposições e outras atividades, em parceria com entidades da sociedade civil e organizações não governamentais, com a finalidade de garantir a efetiva participação da juventude na sociedade, a partir da análise de sua atual situação social.

“Não temos uma data no calendário de nossa cidade dedicada e específica para a juventude. Com a aprovação deste projeto, além de contar com a Semana da Juventude, os jovens terão oportunidade para debater e discutir temas pertinentes à sua vida”, disse o vereador.

O projeto segue para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) para emissão de parecer.



Vereador Vinícius Samôr de Lacerda (PT) é o autor do projeto

Câmara Federal pode votar projeto que dá mais transparência a poder público

A demanda por maior transparência no poder público pode levar a Câmara dos Deputados a votar o Projeto de Lei 219/03, do deputado Reginaldo Lopes

(PT-MG), que fixa regras para o acesso a informações oficiais.

O projeto estava pronto para ser votado pelo Plenário, mas o Executivo enviou proposta semelhante (PL 5228/09), que

passou a tramitar em conjunto e precisa antes ser analisada por uma comissão especial. Reginaldo Lopes pretende apresentar requerimento para agilizar a instalação dessa comissão especial após o

recesso.

A proposta do Executivo prevê um período máximo de 30 dias para que os órgãos forneçam as informações solicitadas. Caso não seja cumprido, o solicitante pode

registrar uma reclamação em instância superior do mesmo órgão ou procurar o órgão superior para que ele providencie o acesso aos dados.

Cartórios eleitorais do interior terão novo horário de funcionamento

Os cartórios eleitorais do interior de Minas Gerais ficarão abertos de 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público. Trata-se do novo horário padrão fixado para o atendimento pelo TRE, que pode ser ampliado a partir de determinação do juiz eleitoral local. O horário padrão anterior era de 12 às

18 horas.

A iniciativa da alteração foi do presidente do TRE, desembargador Almeida Melo, a partir de sugestões recebidas pela Ouvidoria do Tribunal. A mudança do horário visa facilitar o aprimoramento da prestação de serviços ao eleitor, tendo em vista que o atendimento

será feito também na parte da manhã. O novo horário deve ser adotado a partir da publicação da decisão no Diário da Justiça Eletrônico, ainda neste mês de agosto.

A alteração é resultado da aprovação, por unanimidade, na sessão de julgamento do TRE-MG da alteração do parágrafo

segundo do artigo 30 da Resolução 614/2002, do TRE-MG, que trata do Regimento de Juízos e Cartórios da Circunscrição de Minas Gerais. O relator do processo foi o juiz Benjamin Rabello.

Na Capital, o atendimento dos cartórios está mantido de 8h às 17 horas.

Novo Horário

Segunda a Sexta

10h às 16hs

**Acompanhe as reuniões
da Câmara Municipal de Ubá**

Segundas-Feiras às 19h

Rua Santa Cruz, 301

www.camarauba.mg.gov.br
imprensa@camarauba.mg.gov.br

Notas

Finanças discute endividamento de municípios com o INSS

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para analisar o endividamento previdenciário dos municípios. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, essa dívida é de aproximadamente R\$ 22 bilhões. "Na nossa avaliação é impagável, mesmo com a edição da Medida Provisória 457", afirma o deputado Manoel Júnior (PSB-PB), que propôs o debate.

A MP 457/09 - aprovada pela Câmara em junho - deu origem à Lei 11.960/09, que concedeu novo parcelamento de dívidas aos municípios.

Manoel Júnior explica que, somente no primeiro quadrimestre deste ano, os municípios tiveram retidos R\$ 956 milhões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para pagamento de parcelas de amortização da dívida com o INSS. "A situação é gravíssima porque nesse momento estamos com o agravamento da crise para os municípios que tiveram perdas reais do FPM, de 12,57% nesses três primeiros meses do ano", lembra o parlamentar, que é presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Ainda de acordo com a Confederação dos Municípios, cerca de 28% das cidades brasileiras têm irregularidades previdenciárias.

Legislativo regulamenta projeto "Escola na Câmara"

Com objetivo de desenvolver a cidadania e a participação política de estudantes, professores e funcionários, a Câmara regulamentou o desenvolvimento do Projeto "Escola na Câmara", criado através da Lei 3756/09.

A finalidade do programa é estimular os alunos a se interessarem pelas atividades do Legislativo, com vista à promoção da política como matéria complementar no currículo das escolas proporcionando, assim, a construção de uma cidadania participativa e em busca de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Turmas de até 150 alunos de escolas municipais, estaduais ou particulares serão recebidos nas dependências da Câmara Municipal por servidores e vereadores. As visitas terão duração de uma hora, e a idade dos alunos que participarão do projeto será de responsabilidade da escola.

As visitas serão feitas em três turnos diferentes (manhã, tarde e noite) e apenas três vezes por semana. As inscrições serão feitas na Câmara Municipal através de formulário próprio.

Vereador denuncia desobediência do código de posturas

Por meio da indicação 206/09, o Vereador Jorge da Kombi (PV) denuncia que algumas lojas da cidade não têm respeitado o Código de Posturas do município. Segundo o texto da indicação, alguns comerciantes têm colocado bancas de panfletos nas calçadas da cidade, obstruindo o tráfego de pedestres.

De acordo com o Código de Posturas, em seu art. 85, é proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

O art. 90 diz ainda que é proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como: conduzir pelos passeios volumes de grande porte; patinar, a não ser nos

logradouros a isso destinados; amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas; conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.

A legislação fala, também, sobre os vendedores ambulantes. O art. 171 diz que é proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa: estacionar nas vias públicas e outros logradouros fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura; impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros.

A indicação apresentada pelo vereador solicita que o prefeito municipal determine ao setor competente a devida fiscalização sobre estes estabelecimentos comerciais, uma vez que os pedestres da cidade têm mostrado insatisfação com a obstrução das calçadas.



Os pedestres são quem mais sofre com o não cumprimento da legislação

Vereador pede implantação de porto seco na cidade

Portos secos são armazéns usados para estocar importações e exportações enquanto a Receita Federal libera seu comércio no país ou seu embarque para o exterior.

Os portos secos foram criados para diminuir o congestionamento de cargas destinadas à exportação e provindas da importação nos portos e aeroportos brasileiros. No porto seco são também executados todos os serviços aduaneiros a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive os de processamento de despacho aduaneiro de importação e de exportação (conferência e desembarço aduaneiros), permitindo, assim, a interiorização desses serviços no País. Desde 1995, já foram instalados 63 portos em cidades do interior do Brasil.

Com seis milhões de metros quadrados de área de armazenagem, os complexos servem como postos da Receita Federal por onde passam cerca de 30% da movimentação do comércio exterior nacional, feita em contêineres.

As operações de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, bem assim a prestação de serviços conexos, em porto seco, sujeitam-se ao regime de concessão ou de permissão.

A execução das operações e a prestação dos serviços conexos serão efetivadas mediante o



Porto seco traria benefícios para toda a região

regime de permissão, salvo quando os serviços devam ser prestados em porto seco instalado em imóvel pertencente à União, caso em que será adotado o regime de concessão precedida da execução de obra pública.

O porto seco é instalado, preferencialmente, adjacente às regiões produtoras e consumidoras.

A prestação dos serviços aduaneiros em porto seco próximo ao domicílio dos agentes econômicos envolvidos proporciona uma grande simplificação de procedimentos para o contribuinte.

Pensando no futuro da cidade, o vereador Vinícius Samôr (PT) apresentou um requerimento onde solicita que seja expedido convite

ao consultor e professor Omar Osório Cordeiro, para que venha à Câmara expor sobre o projeto de desenvolvimento logístico para a implantação do Porto Seco de Ubá e Região.

"As cidades que já contam com Porto Seco registram um crescimento acima de 100% em vendas e operações de importação e exportação", finaliza o vereador.

TV Assembleia Câmara divulga balancete de despesas e receitas de julho de 2009

TV Assembleia pode ter sinal restabelecido

Criada para facilitar o acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Legislativa pelos cidadãos, a TV Assembleia de Minas foi a primeira emissora legislativa criada após a publicação da Lei 8.977/95, que regulamenta o serviço de TV a cabo no Brasil. No dia 30 de novembro de 1995, entrava em operação o canal 40, em Belo Horizonte, hoje canal 11. Eram duas horas e meia de programação, contendo basicamente reprises de reuniões do Plenário da Assembleia.

A partir de 1996, a TV Assembleia experimenta um grande crescimento, atingindo 12 horas de programação, apresentando os primeiros programas gravados e editados. Essa tendência se confirmou em 1997, quando passou a ter uma grade básica de programas, muitos dos quais produzidos em estúdio, como os debates e entrevistas especiais.

Já em 1998, a TV Assembleia chega ao satélite Brasilsat B3, o que lhe permite alcançar todas as regiões do Estado. Passa a transmitir 17 horas de

programação, incluindo documentários e programas especializados nas áreas do Direito, da Política e da Cultura. Naquele ano, faz sua primeira grande cobertura das eleições, iniciando um projeto que a transforma em referência no jornalismo político. Em 1999, diversifica ainda mais a sua grade de programas, agora com 18 horas diárias, e consolida o processo de expansão para o interior do Estado.

A partir de 2000, a TV Assembleia se firma como a emissora do Parlamento, da política e das eleições. Faz uma cobertura histórica do pleito municipal daquele ano e, em seguida, das eleições de 2002, marcando sua presença em mais de 180 municípios mineiros.

O restabelecimento do sinal da TV Assembleia foi alvo da representação apresentada pelo Vereador Vinícius Samôr (PT). A TV tem 18 horas diárias de programação, com cobertura ao vivo das reuniões de plenário, além de noticiários, debates e mesas-redondas.

Vereadores aprovam projetos

Com o plenário cheio, oito projetos estavam em discussão na reunião ordinária que aconteceu na última segunda-feira (24/08). Três deles sofreram votação única e seguiram direto para a sanção do chefe do Executivo. Os demais ainda precisarão passar por uma segunda votação em plenário.

Os projetos que sofreram votação única foram: PL 075/09 que "Dispõe sobre a denominação de Rua Odete Arantes Ribeiro a logradouro público e dá outras providências"; PL 076/09 que "Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá ao Subtenente do Exército Alexandre Luiz da Silva" e o PL 077/09 que "Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá ao Senhor Jurandir Alves de Oliveira". Todos foram aprovados por unanimidade.

Os outros projetos que estavam na pauta de votação eram: PL 078/09 que "Autoriza a abertura de Crédito Especial ao Orçamento Municipal de 2009, no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e contém outras disposições; PL 079/09 que "Autoriza o Executivo Municipal a contratar serviço de assistência à saúde do servidor e seus

dependentes através de Plano Privado e dá outras providências"; PL 080/09 que "Autoriza a abertura de Crédito Especial ao Orçamento Municipal de 2009, no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social - Banco de Alimentos, e contém outras disposições" e PL 081/09 que "Autoriza o Poder Público a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e contém outras disposições". Estes projetos foram aprovados por unanimidade e sofrerão segunda votação durante a reunião ordinária do dia 31/08.

Já o Projeto de Resolução nº. 003/09 que "Cria a Internet Popular na Câmara Municipal de Ubá", teve uma emenda coletiva apresentada em plenário. Tanto a emenda quanto o projeto foram aprovados por unanimidade.

Ao fim da reunião ordinária do dia 31/08 teve início uma sessão extraordinária para votação do PL 085/09 que "Institui o "Programa Ubá Legal", que "dispõe sobre a regularização de parcelamento, do uso e ocupação do solo e das edificações que especifica, e dá outras providências". Aprovado por unanimidade, o projeto segue para a sanção do Executivo.

| Demonstrativo de Receitas e Despesas | |
|--|---|
| Mês: Julho de 2009 | |
| Câmara Municipal de Ubá | |
| Rua Santa Cruz, 301, Centro, Ubá-MG | |
| Biênio 2009/2010 | |
| | Valores em R\$ |
| 1. Receitas | 269.608,93 |
| Repasse da Prefeitura Municipal de Ubá | 266.667,00 |
| Receitas de Aplicação Financeira | 2.941,93 |
| 2. Despesas | |
| 2.1 Despesas com Pessoal | |
| Subsídio Vereadores | 43.830,00 |
| (-) INSS | (3.186,63) |
| (-) IRRF | (3.776,74) |
| Subsídio Vereadores Líquido | 37.044,74 |
| INSS Patronal | 9.642,60 |
| Total | 53.472,60 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Comissionados | 25.479,64 |
| (-) INSS | (1.902,84) |
| (-) IRRF | (291,68) |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Comissionados Líquido | 23.285,12 |
| INSS Patronal | 3.650,27 |
| Total | 29.129,91 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Efetivos | 39.144,19 |
| (-) UBAPREV | (2.794,14) |
| (-) IRRF | (364,33) |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Efetivos Líquido | 23.863,15 |
| UBAPREV Patronal | 5.074,26 |
| Total | 44.218,45 |
| Total Geral das Despesas com Pessoal | 126.820,96 |
| 2.2 Despesas Administrativas | |
| Água (Copasa) | 207,06 |
| Luz | 991,72 |
| Telefone | 2.395,30 |
| Alimentação | 358,95 |
| Correios | 1.218,52 |
| Combustível para o carro da Câmara Municipal de Ubá | 203,29 |
| Material de copa, cozinha e limpeza | 341,80 |
| Diárias de Viagem | 78,00 |
| Tarifas Bancárias | 1,99 |
| Total Geral das Despesas Administrativas | 5.796,63 |
| 2.3 Serviços de Terceiros | |
| Sistema de Gestão Fiscal | 1.769,00 |
| Manutenção das linhas telefônicas (PABX) | 200,00 |
| Manutenção das Máquinas Copiadoras | 197,30 |
| Sistema Contábil - Departamento Pessoal | 279,00 |
| Serviços Gráficos | 1.180,00 |
| Serviços de Vigilância | 6.395,25 |
| Hospedagem de website | 289,90 |
| Assinaturas de jornais e revistas | 347,90 |
| Manutenção do Elevador | 240,00 |
| Sonorização e telão para o projeto da Câmara Intinerante | 300,00 |
| Ampliação fotográfica | 80,00 |
| Serviços gráficos | 60,00 |
| Cópias de Chaves | 37,00 |
| Arquiteta - Projeto | 800,00 |
| Confecção de 36 Medalhas para a Comenda Ary Barroso | 2.376,00 |
| Total Geral das Despesas com Serviços de Terceiros | 12.175,35 |
| 2.4 Material de Expediente | 526,90 |
| 2.5 Equipamentos e Material Permanente | 5.533,50 |
| Câmara digital Semi profissional Sony Cyber-SH DSH-H50 | 1.798,00 |
| Interface para o sistema de telefonia | 3.550,00 |
| Materiais Elétricos Diversos | 185,50 |
| Total das Despesas | 150.853,34 |
| Superávit Financeiro | 118.755,59 |
| Superávit Financeiro Acumulado | 797.825,92 |
| Ubá, 28 de Agosto de 2009 | |
| Angelino Fernandes Silva Contador CRC-MG 092.472/0-4 | Guilherme Ramos de Araújo Contador CRC-MG 0802207/0-2 |

70 anos da Assembleia de Deus



Câmara Municipal de Ubá
Poder Legislativo



imprensa@camarauba.mg.gov.br